

O QUE PORTUGAL PRETENDE NO SAHEL: SEGURANÇA OU NOTORIEDADE?

TIAGO BOTELHO DOS SANTOS

tdanielbs98@gmail.com

Investigador do CEI-ISCTE (Portugal) e Bolseiro de Investigação do CCCM. Atualmente frequenta o Doutoramento em Estudos Internacionais no ISCTE-IUL e é Bolseiro de Investigação pelo Centro Científico e Cultural de Macau (CCCM), numa bolsa em conjunto com a FCT. É licenciado em Estudos Asiáticos pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa desde 2020, e mestre em Ciência Política e Relações Internacionais pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa em 2022. A sua principal área de estudo são as interações chinesas com a Ásia do Sul, com enfoque nas relações entre a China e o Paquistão como base de suporte de expansão da BRI, e o estudo da China no contexto internacional.

Outras áreas de interesse envolvem o estudo de complexos securitários e relações de interdependência securitária entre atores e agentes internacionais, tendo já desenvolvido obra no assunto.

Resumo

O terrorismo transnacional no Sahel tem levado, desde 2012, a um aumento nas migrações de refugiados para o Norte de África e Europa e com isto o perigo da radicalização dentro destes dois espaços tem aumentado de forma acentuada. Para a UE, isto representa um grande perigo à estabilidade regional que deve ser suprimido rapidamente e, para tal, a comunidade europeia tem procurado intervir na região de modo a combater o extremismo e a violência. Já Portugal, que não tem sido diretamente afetado por esta crise, tem sido bastante participativo nas iniciativas regionais e procurado garantir junto da OTAN e da ONU, a elaboração e manutenção de um plano de resolução do conflito no Sahel de forma a garantir uma pacificação da região. Porém, sem um plano estratégico definido para a região e sem qualquer consequência direta desta mesma instabilidade em território nacional, surge a dúvida sobre quais as motivações portuguesas. Neste sentido, a presente investigação incide sobre a análise das razões para a intervenção portuguesa no Sahel, procurando perceber as preocupações de Portugal na região para a segurança nacional, regional e inter-regional, e para o seu posicionamento internacional de forma a melhor perceber as motivações por detrás dos atos.

Palavras-chave

Sahel, Segurança, Notoriedade, Portugal, Relações África-UE.

Abstract

Since 2012, transnational terrorism in the Sahel has led to an increase in refugee migration to North Africa and Europe, and the danger of radicalisation within these two areas has increased sharply. For the EU, this represents a great danger to regional stability that must be quickly suppressed, and, to this end, the European community has sought to intervene in the region in order to combat extremism and violence. Portugal, which has not been directly affected by this crisis, has been highly engaged in regional initiatives and has sought to ensure that NATO and the UN develop and maintain a plan for resolving the conflict in the Sahel in



order to ensure peace in the region. However, without a defined strategic plan for the region and without any direct consequence of this same instability on national territory, the question arises as to what the Portuguese motivations are. In this sense, this research focuses on analysing the reasons for the Portuguese intervention in the Sahel, seeking to understand Portugal's concerns in the region for national, regional, and interregional security, and for its international positioning in order to better understand the motivations behind the acts.

Keywords

Sahel, Security, Notoriety, Portugal, Africa-EU relation.

Como citar este artigo

Santos, Tiago Botelho dos (2024). O que Portugal pretende no Sahel: Segurança ou Notoriedade?. *Janus.net, e-journal of international relations*. VOL 15 N.º 2, Novembro 2024-Abril 2025, pp. 309-330. <https://doi.org/10.26619/1647-7251.15.2.14>.

Artigo recebido em 3 de Dezembro de 2023 e aceite para publicação em 5 de Setembro 2024.





O QUE PORTUGAL PRETENDE NO SAHEL: SEGURANÇA OU NOTORIEDADE?

TIAGO BOTELHO DOS SANTOS

Introdução

Primeiramente, antes de iniciar a discussão sobre a temática proposta, vale aqui salientar que o debate sobre a questão de Portugal no Sahel, na academia portuguesa e internacional, é bastante reduzido e, deste modo, acaba por dificultar um maior debate de ideias. Neste sentido, metodologicamente este artigo seguirá um raciocínio dedutivo, baseado em informação maioritariamente qualitativa e principalmente adquirida nos meios de comunicação tradicionais e em documentação primária proveniente dos órgãos de governo portugueses, instituições internacionais e outras fontes de relevo, de forma a contribuir para a discussão académica na questão da intervenção portuguesa no Sahel e de que forma esta impacta a política externa portuguesa.

Em termos de estrutura, na introdução será dada uma pequena noção geral de conceitos teóricos necessários à perceção do que significa a segurança e defesa num mundo globalizado e ainda será apresentada a região do Sahel para um melhor entendimento da base do problema, abrindo a discussão para o caso português. Na segunda parte serão abordadas as bases da questão do Sahel e significância para a Europa, procurando entender de que forma a região entra na estratégia de segurança europeia. Na terceira parte, serão abordadas as linhas guia da estratégia portuguesa para o mundo de modo a melhor perceber a situação portuguesa, procurando perceber, à luz das iniciativas em que se insere, qual o papel que Portugal desempenha enquanto estado-membro da UE na região, quais os meios e por que formas Portugal procura a cooperação regional e a pacificação do Sahel nas organizações em que se encontra extra-UE, e qual, ou quais, os objetivos portugueses para o Sahel. Neste sentido, esta última parte tratará de investigar de que formas a intervenção regional portuguesa permite o atingir dos grandes objetivos da política externa portuguesa, na qual se insere a política de defesa nacional. Por fim, será feita uma análise conclusiva de modo a melhor perceber de que formas esta região acaba por estar presente na estratégia portuguesa para o mundo, procurando delinear os argumentos de uma possível justificação para as ações portuguesas.

Num mundo globalizado, os conceitos de defesa e segurança estão inerentemente conectados. As ameaças à integridade de um Estado podem provir de diversas esferas que não só a militar e, desta forma, os Estados procuram garantir a estabilidade e segurança no seu espaço regional, através da cooperação regional e inter-regional com outros Estados, como meio de garantir a segurança nacional (Ammerdown Group, 2016,



p. 3; Paleri, 2008, pp. 52–54). Buzan e Waever (2003, pp. 40–50) permitem-nos perceber de forma mais clara este internacionalizar da defesa através da Teoria dos Complexos Securitários Regionais (TCSR), na qual argumentam que os Estados, enquanto atores regionais, necessitam que exista estabilidade no complexo securitário regional (CSR) em que se inserem, no caso português Europa e Norte de África, de forma a garantirem a redução de perigos e ameaças à sua segurança nacional, o que pode ser denominado por interdependência securitária. Para Labarre (2007, pp. 86–87), esta interdependência securitária é fomentada pela institucionalização do sistema internacional e, neste sentido, o autor afirma que os Estados procurarão agir em torno da cooperação regional sempre que possa ser catastrófico não o fazer. Esta primeira parte de argumentação teórica prende-se com o foco securitário na ação dos Estados, onde um Estado procurará agir de forma a evitar constrangimentos à segurança regional de modo a garantir a segurança nacional. Por outro lado, Labarre (2007, p. 86) também afirma que o contrário pode acontecer, ou seja, que os Estados acabam por procurar perseguir os seus interesses no sistema internacional sempre que não seja catastrófico fazê-lo. Esta última parte é aquilo que no presente ensaio se entende como a busca por notoriedade e crescimento internacional nos diversos campos que acompanham a política externa dos Estados, como a defesa, a segurança e a diplomacia.

Ademais, do ponto de vista analítico, estas ideias de segurança e notoriedade não são mutuamente exclusivas. Um Estado pode ter numa região interesses securitários e ao mesmo tempo procurar usufruir destes em busca de notoriedade no sistema internacional. Porém, com esta tipologia de análise o que aqui se procura perceber é até que ponto um objetivo se pode sobrepor ao outro, sobretudo porque notoriedade e segurança não acontecem ao mesmo nível. O caso francês na região pode ser um modelo plausível para esta situação, com os redobrados esforços na região a não se transmitirem diretamente em notoriedade internacional devido, sobretudo, à falta de apoio regional de alguns membros do G5 do Sahel, o que diminuiu a credibilidade francesa em questões de segurança em África (Erforth & Tull, 2022; France 24 Staff, 2022). O caso português também representa exatamente este dilema entre segurança e notoriedade, sendo isto visível, por um lado, no facto de Portugal cooperar no âmbito da segurança europeia com as iniciativas da UE e da ONU na região e, por outro lado, no facto de Portugal colocar foco sobre o tema, na OTAN e na ONU, de modo a garantir uma posição mais proeminente no sistema internacional ao mesmo tempo que procura uma maior notoriedade global que se transmite na procura de um papel de coprodutor de segurança regional.

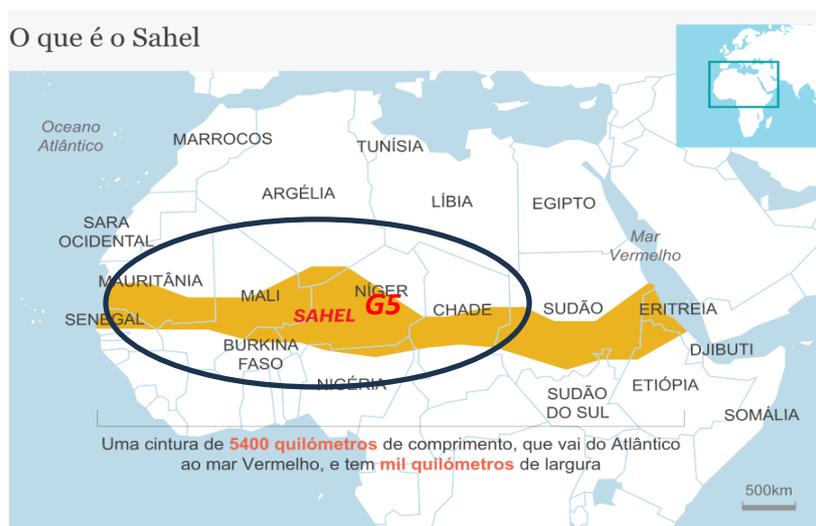
Ora tendo em conta o debatido, deve ser dada atenção ao facto da questão do Sahel ser transnacional e afetar diretamente o espaço europeu, tendo-se tornado, por esta razão, uma preocupação europeia e portuguesa na questão da segurança regional. Localizada no sul do Saara enquanto zona limítrofe do Norte de África, esta região estende-se por uma faixa terrestre horizontal entre o Mar Vermelho e o Atlântico com cerca de 5.400 quilómetros (Km) (Pires, 2022). O Sahel é composto por diferentes Estados (Fig.1), nomeadamente a Burkina Faso, os Camarões, o Chade, a Eritreia, o Gâmbia, a Guiné, o Máli, a Mauritânia, o Níger, a Nigéria, o Senegal e o Sudão, e, especialmente na última década, tem sido uma região onde imperam conflitos interétnicos e a propagação de violência por grupos jihadistas.



Esta propagação jihadista e conflitualidade interétnica tem preocupado a Europa nos anos recentes, sobretudo devido ao aumento das migrações de refugiados e da propagação de ideias extremistas para os Estados mediterrânicos do norte de África, criando instabilidade no Mediterrâneo (Pye, 2021, pp. 10–14). Em 2014, como forma de tentar travar o fenómeno assistido, cinco Estados francófonos na região, os quais Burkina Faso, Chade, Mali, Mauritânia e Níger, formaram o G5 do Sahel, uma organização que teve um forte apoio europeu, sobretudo francês, e que pretendia ser o alicerce da cooperação securitária regional, mas que demonstrou ao longo do tempo dificuldades em conseguir lidar totalmente com a situação, muito devido ao facto de geograficamente ser uma organização que corresponde à zona mais afetada por esta violência (Plank & Bergmann, 2021, pp. 383–385). Na presente década, Portugal tem procurado começar a criar laços fortes com este grupo, tendo inclusivamente participado, em 2021, no âmbito da presidência portuguesa do Conselho UE, numa conferência entre estes Estados, e procurado sublinhar junto da OTAN e dos seus parceiros europeus a importância da estabilidade Africana para a Europa e a necessidade de garantir maior segurança no flanco sul (Carreiras, 2023; RP - XXII Governo, 2021; RP - XXIII Governo, 2023).

Ademais, apesar dos problemas desta região afetarem diretamente o CSR português, Portugal não é afetado diretamente por estas questões securitárias, visto a questão saheliana não implicar nenhum efeito direto à segurança nacional portuguesa. Logo, é possível colocar-se a hipótese sobre a intervenção portuguesa se encontrar ligada a uma estratégia de crescimento internacional relacionada à cooperação regional em África e à inserção na discussão securitária na ONU por pertença ao Conselho de Segurança. Outra opção viável para a intervenção portuguesa pode prender-se com a diplomacia económica e o crescimento português em África, sobretudo na expansão para mercados fora dos tradicionais Magrebe e Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). Ambas as opções serão exploradas na terceira parte do presente ensaio.

Figura 1- Região do Sahel representada a amarelo



Fonte: Público



Tendo em conta o exposto, surge então a questão da necessidade de perceber qual será o interesse português na região. Por conseguinte, o presente ensaio incide sobre a análise das razões para a intervenção portuguesa no Sahel, procurando perceber as preocupações e ações portuguesas na região para a segurança regional e inter-regional. Vale ainda mencionar que a presente investigação procurará incidir, sobretudo, sobre as relações com o G5 do Sahel de modo a melhor perceber as motivações portuguesas na e para a região.

2. O que tem o Sahel e o que significa para o espaço europeu?

A região do Sahel, na última década, tem assistido a um aumento progressivo do terrorismo e violência que advém maioritariamente do aumento da instabilidade política, das tensões regionais, da falha na aplicação de medidas de contraterrorismo eficazes e da complexa realidade económica e social de pobreza na maioria da população, sobretudo nos jovens («Global Terrorist Index - 2023», 2023, p. 60; Raleigh et al., 2021, pp. 123–126). De acordo com Green (2023), Pichon e Betant-Ramusen (2021, pp. 4–5), a última razão mencionada pode ser explicada pela questão climática, principalmente pelas mudanças extremas de temperatura que levam a ciclos de colheitas mais imprevisíveis, à desertificação de certas áreas e à diminuição da terra arável, o que afeta diretamente a economia dos Estados da região, que são maioritariamente Estados com agricultura de subsistência, e, por conseguinte, gera um maior empobrecimento da população que é muitas vezes aproveitado pela classe política destes Estados para ganho próprio, criando maior desconfiança no sistema político.

Apesar do epicentro da instabilidade política da região, em grande parte pelos motivos referidos, se ter dado no Mali, em 2012, através de uma rebelião provocada pelo descontentamento dos Tuaregue, rapidamente o problema securitário se alastrou a outras partes da região e, desde 2015, tem existido um aumento da violência, sobretudo provocado pelo aproveitamento de grupos extremistas islâmicos da conflitualidade interétnica regional, que tem levado a uma forte instabilidade política (Pichon & Betant-Rasmussen, 2021, p. 2; Pye, 2021, p. 2). Além da instabilidade política e do descontentamento dos jovens, estes grupos extremistas acabam também por beneficiar, por um lado, da falha destes mesmos Estados em garantir medidas de contraterrorismo viáveis, quer seja pela falta de funcionalidade, quer seja pela aplicação de estratégias que violam muitas vezes a dignidade humana e os direitos humanos, e, por outro lado, do empobrecimento da população, garantindo uma maior facilidade de recrutamento, sobretudo entre os jovens, de novos membros para aumentar a rede de operações («Global Terrorist Index - 2023», 2023, p. 64; Green, 2023).

Ora, do ponto de vista da UE toda esta situação em conjunto com a intensificação da violência no Sahel acaba por ser alarmante, algo visível na noção da Célula de Aconselhamento e Coordenação Regional (CACR) da UE para o Sahel, fundada pela UE em 2019 para apoiar a resolução da crise do Sahel, de que num mundo globalizado as crises regionais no sul do Saara acabam por se tornar problemas securitários para a Europa tornando-se, neste caso, a cooperação entre o G5 do Sahel e a UE essencial (CUE, 2019; EU RACC Sahel, 2022). Por conseguinte, é possível perceber que existe um nível elevado de atividade europeia no sentido de estabilizar a região, sobretudo devido a



quatro motivos que se prendem com a questão das migrações de refugiados, com a propagação do terrorismo transnacional, com a garantia de continuidade de desenvolvimento de projetos europeus regionais pré-conflito e com a comercialização de recursos energéticos essenciais à produção e energia, como o Urânio, que são abundantes em certos poderes regionais, como o Níger. Neste sentido, cabe agora analisar brevemente cada motivo para melhor compreensão da significância da questão do Sahel para o espaço europeu.

Primeiramente, na questão das migrações de refugiados, temos que o Sahel se localiza diretamente abaixo de zonas sensíveis de migração de refugiados para o Mediterrâneo, como a Argélia e a Líbia, países pertencentes ao Magrebe. Por norma, os dois Estados anteriormente mencionados são aqueles onde existe um maior número de migrantes provenientes do Sahel, sobretudo devido à maior facilidade de passagem na fronteira com o Mali e o Níger, os dois Estados mais afetados pela crise do Sahel, e à ação das redes de tráfico no Mediterrâneo nas costas argelianas e libanesas (Bøås, 2021, pp. 55–57; Pye, 2021, p. 2). Aliás, mesmo apesar de, nos últimos três anos, a Argélia e a Líbia terem fortalecido o controlo fronteiriço, este controlo não tem sido muito bem sucedido, com milhares de migrantes a recorrerem a passaportes ilegais para conseguir contornar a situação, mantendo o problema da crise de refugiados e continuando a gerar preocupação no espaço europeu (AFP, 2023; Gasperini, 2023; NPR, 2022).

Segundamente, porque, como já abordado, a disseminação de grupos jihadistas constitui por si só um perigo à segurança e estabilidade europeias pela localização próxima desta região com o Magrebe e o Mediterrâneo. Neste sentido, a junção desta disseminação jihadista à propagação de ideias fundamentalistas islâmicas no Sahel, tem permitido uma amplificação da violência regional, sobretudo pela expansão de grupos como a Al-Qaeda e o Estado Islâmico (EI) que patrocinam agregados jihadistas locais, como por exemplo o *Jama'at Nasr al-Islam wal Muslimin* (JNIM) e o *Islamic State Sahel Province* (IS Sahel) (Lederer, 2023; Nsaibia, 2021; Pye, 2021, pp. 2–6; Raafat, 2021, pp. 6–8). Ademais, em acrescento, estes grupos utilizam-se ainda da conflitualidade interétnica que define a base da questão do Sahel para alastrarem as suas redes de operações às portas do espaço europeu (Lederer, 2023; Nsaibia, 2021; Pye, 2021, pp. 2–6).

Terceiramente, porque, anteriormente a 2012, a UE era um dos grandes intervenientes na região com projetos de desenvolvimento regional nas áreas do clima, segurança, energia e comércio, sobretudo devido à estratégia de aproximação Europa-África entre a UE e a União Africana (UA) (European Commission, 2010; Pye, 2021, pp. 2–3). Porém, a conflitualidade no Sahel alterou a realidade até então vivida de cooperação e desenvolvimento nas mais diversas áreas, obrigando ao redirecionar de fundos para a resolução da instabilidade saheliana de modo a garantir, principalmente, que os projetos desenvolvidos e em curso não seriam afetados. Isto foi visível quando, em 2012, a questão da insurgência Tuaregue no Mali se começou a expandir para os países vizinhos na região do Sahel, e a UE, de modo a proteger os seus interesses e a diminuir um foco de violência às portas da Europa, acabou por se tornar, quase que de forma inevitável, o principal interveniente na mediação de conflitos a nível regional, criando e cooperando em iniciativas que permitissem estabilizar a região e garantir a continuação da execução dos projetos em curso e de novos projetos nas áreas já estabelecidas de cooperação (Pye, 2021, pp. 2–3; Venturi, 2017, pp. 6–12).



Por fim, existe a questão energética que é de extrema importância para o espaço europeu. A região do Sahel é uma das maiores reservas de urânio e gás natural no mundo e, no contexto regional do G5 do Sahel, o Níger é um dos Estados mais importantes, sendo o sétimo maior produtor de urânio no mundo (Arredondas, 2023). Aliás, para a UE, o Níger é, a par do Cazaquistão, um dos dois maiores exportadores de urânio, sendo responsável por cerca de 24% do urânio importado no espaço europeu, o que demonstra o quão importante é esta região para a UE, sobretudo para os poderes nucleares como a França, que, por si só, tem o Níger como segundo maior exportador logo atrás do Cazaquistão (Arredondas, 2023; Maad, 2023; Melchior et al., 2022). Além do mencionado, e tendo em conta que o conflito russo-ucraniano levou a que a UE começasse a ponderar alterar mercados, um Sahel pacificado poderia significar uma fonte mais segura, viável e barata, do que a custosa alternativa norte-americana do gás liquefeito, que é muito mais custosa (Al Jazeera Staff, 2023; Reis, 2021, pp. 14-15; Schwikowski, 2022). Aliás, um Sahel pacificado também permitiria que alternativas energéticas como o *Trans-Sahara Gas Pipeline* (TSGP), que tenham como objetivo conectar as regiões do Sahel, Magrebe e Europa, pudessem voltar a ser debatidas no âmbito da segurança energética, beneficiando assim as partes envolvidas e fortalecendo os laços UE-UA (Al Jazeera Staff, 2023; Schwikowski, 2022).

Tendo em conta as quatro grandes áreas de significância do Sahel para a Europa, torna-se óbvio o porquê desta região ser fulcral para o espaço europeu, quer na defesa da sua fronteira sul, quer na proteção interna contra migrações em larga escala que permite a penetração de grupos fundamentalistas islâmicos, quer na procura de alternativas de mercado energético mais viáveis e menos custosas e morosas. Contudo, neste contexto, nem todas as vertentes de preocupação europeia são do interesse nacional português, algo que será abordado no capítulo que se segue, pelo que se torna fulcral perceber as razões que levam Portugal a agir na região do Sahel, sobretudo naquela que é a sua ação extra-UE.

3. Portugal no Sahel: Quais as motivações?

Enquanto estado-membro da UE, Portugal também age de acordo a resolver as questões fulcrais anteriormente mencionadas, visto que, partindo do princípio europeu de comunidade e cooperação, a segurança europeia em todas as áreas encontra-se profundamente ligada à segurança nacional. Aliás, esta proximidade entre a segurança europeia e a segurança nacional está patente tanto no Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN), de 2013, como na proposta de revisão do CEDN (RCEDN), feita em 2023. Neste sentido, pode observar-se esta proximidade entre os conceitos europeu e português de segurança e defesa quando lê-mos o CEDN, observando-se continuidade no RCEDN, quer, por um lado, na menção da perceção do terrorismo e da criminalidade transnacional organizada, onde se pode incluir o tráfico humano e de produtos ilícitos, como ameaças à segurança nacional e europeia, quer, por outro lado, na noção de que Portugal se encontra profundamente comprometido com a Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD) da UE (Conselho de Revisão do CEDN, 2023, pp. 7-9 e 11; Ministério da Defesa, 2023b, p. 15 e 30).



Uma das prioridades europeias são as relações Europa-África, sobretudo entre a UE e a UA, como já descrito, e, neste aspeto, o CEDN e o RCEDN, apesar de terem raras menções ao Sahel, demonstram uma estratégia portuguesa muito similar de aproximação e crescimento no continente africano, sobretudo entre os países africanos da CPLP, sendo reforçado em ambos os programas o valor que o espaço africano representa na estratégia internacional portuguesa (Conselho de Revisão do CEDN, 2023, pp. 12–13; Ministério da Defesa, 2023b, pp. 13–14 e 21). Aliás, nesta especificidade saheliana, no RCEDN é transmitida a noção da importância securitária na questão europeia e não na questão nacional, estando descrito que “O Sahel é uma linha de defesa da Europa contra a instrumentalização dos fluxos migratórios”, o que transmite a ideia de que a questão do Sahel não é um perigo direto à segurança portuguesa nem é um interesse securitário nacional ao nível individual do Estado, mas sim um interesse securitário europeu que, por conseguinte, afeta o CSR português (Conselho de Revisão do CEDN, 2023, p. 13).

Neste sentido, quando observamos especificamente o CEDN, podemos perceber que, quanto à estratégia nacional portuguesa e as suas bases podem-se destacar alguns pontos que são fulcrais naquilo que é a política de defesa nacional, uma das principais forças contribuidoras para a política externa portuguesa, e que irão ser analisados de forma mais aprofundada seguidamente, sendo estes: a defesa internacional do papel português, a consolidação das relações externas de defesa e a consolidação de Portugal como coprodutor de segurança internacional (Ministério da Defesa, 2023b, pp. 30–39). Como será visível de seguida, os dois últimos pontos são muito mais meios para a obtenção do estipulado no primeiro ponto do que objetivos individuais em si.

Primeiramente, quanto à defesa internacional do papel de Portugal no mundo, o CEDN centra o seu foco sobretudo na consolidação do papel português na área da defesa e segurança no palco internacional, nomeadamente através da manutenção do estatuto português: na UE, através do empenho no cumprimento e apoio à PCSD; na OTAN, através de uma maior cooperação ao nível bilateral com os EUA e do reforço da importância estratégica da aliança transatlântica no sistema internacional; no espaço lusófono, que é a CPLP, através do reforço dos laços económicos, políticos e securitários, com os membros integrantes; na região do Magrebe, através da participação em iniciativas regionais como a Iniciativa 5+5; na participação mais ativa e empenhada em missões de paz e segurança internacional; e, por fim, na mobilização mais eficaz da diplomacia portuguesa, nomeadamente na área económica, de modo a garantir uma maior projeção global do país (Ministério da Defesa, 2023b, pp. 30–31).

Segundamente, no que convém à consolidação das relações externas de defesa, o CEDN centra a sua estratégia na OTAN e na UE, sendo este objetivo muito ligado ao anterior, sobretudo na afirmação da necessidade de ter uma participação mais ativa e empenhada em missões de paz e segurança internacional (Ministério da Defesa, 2023b, p. 31). Neste sentido, este ponto está mais virado para aquela que é a componente da defesa, sobretudo evidenciando: a necessidade de Portugal garantir uma maior participação nas missões militares na ONU, OTAN e UE, defendendo ainda a importância de garantir uma maior cooperação entre a OTAN e a UE, promovendo o desenvolvimento da PCSD; o alargamento das relações bilaterais e multilaterais de segurança e defesa com os Estados



da CPLP; e o reforço da presença nas iniciativas regionais em que se insere (Ministério da Defesa, 2023b, p. 31).

Ora, resultante daquilo que são os dois grandes objetivos mencionados anteriormente, vale ainda mencionar, antes de partir ao debate da temática, o interesse português em garantir um papel ativo como coprodutor de segurança internacional. Para tal, Portugal tem objetivos muito bem delineados e que passam pela participação nas já mencionadas missões militares internacionais para a defesa da paz e segurança nas organizações em que se insere, como a ONU, a OTAN e a UE, e no estabelecimento de parcerias estratégicas de segurança com os países da CPLP, sendo aqui importante referir a cooperação nos campos da criminalidade transnacional organizada e da segurança marítima (Ministério da Defesa, 2023b, p. 35).

Antes de passar ao debate prático, vale salientar que estes pontos ainda estão patentes no RCEDN, ou seja, na discussão do novo CEDN. Neste sentido, o RCEDN resume estes pontos na necessidade de reforçar a posição internacional de Portugal no mundo através da contribuição ativa no quadro bilateral e multilateral para a estabilidade internacional, sobretudo dentro da ONU, da OTAN e da UE, na necessidade de afirmar Portugal enquanto produtor de segurança e no reforço da cooperação ao nível da defesa (Conselho de Revisão do CEDN, 2023, p. 19). Ora, isto permite-nos perceber com um certo grau de atualidade aquele que é o debate em torno dos interesses estratégicos portugueses para o Sahel.

Por conseguinte, tendo em conta as linhas guia do CEDN e a revisão do RCEDN, que representam parte das linhas guia da política externa portuguesa, torna-se então importante analisar os possíveis motivos para o interesse que Portugal tem vindo a demonstrar na região nos últimos anos. Neste sentido, e percebendo os pontos do CEDN acima descritos, de seguida será exposta a ação portuguesa no Sahel e a forma como Portugal desenrola a sua estratégia para esta região. Esta análise permitirá entender se a principal finalidade portuguesa se prende maioritariamente com a busca por segurança regional, ou pela busca por notoriedade e um papel mais preponderante na comunidade internacional.

Começando pela esfera da política externa, através de uma análise às relações portuguesas com os membros do G5 do Sahel, é possível perceber que no campo da diplomacia política estas existem sem qualquer embaixador português residente no território (Ministério da Defesa, 2023c; Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2023b). Ademais, a isto acrescenta-se o facto de no campo da cooperação bilateral na área da defesa, apenas existir um acordo de cooperação com a Mauritânia, mais uma vez sem adido de defesa presente devido à não existência de embaixada no local (Ministério da Defesa, 2023c; Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2023b). Ora, por si só, o facto de não existir embaixadas no local evidencia que não existem relações diplomáticas de alto nível entre Portugal e os países constituintes do G5 do Sahel, o que parece demonstrar que para Portugal esta região não nutre um relevo significativo, tendo pouco ou nenhum valor estratégico reconhecido.

Por conseguinte, além das relações estabelecidas bilateralmente, que, excluindo a Mauritânia, acabam por não ter o aspeto da cooperação defensiva bilateral, nesta região, Portugal integra alguns dos grandes projetos multilaterais no âmbito das organizações



internacionais em que se insere. Entre a ONU e a UE, Portugal participa num total de cinco missões internacionais para a paz e segurança regionais e a análise desta intervenção nas mesmas pode ajudar na melhor perceção daqueles que podem ser os interesses securitários regionais e qual a possível estratégia que Portugal poderá ter na região. Antes de evidenciar quais são estas missões em que Portugal se insere, vale salientar ainda que os dados foram retirados do documento sobre o envolvimento de militares portugueses no exterior, publicado pela Direção-Geral de Política de Defesa Nacional (DGPDN) em março de 2023 (Ministério da Defesa, 2023d).

Por um lado, no campo da UE, Portugal está presente: no G5 do Sahel, com a Coligação para o Sahel e a *Groupes d'Action Rapides – Surveillance et Intervention au Sahel* (GAR-SI SAHEL); no Mali, com o *European Union Training Mission Mali* (EUTMM); e no Níger e Mali, com a *European Union Capacity Building Mission* (EUCAP) (Ministério da Administração Interna, 2021; Ministério da Defesa, 2023a, 2023d, p. 14; RP - XXII Governo, 2021). Além das missões mencionadas no âmbito da UE, Portugal esteve também envolvido na *Task Force Takuba* (TFT), missão no Mali liderada pela França, um dos Estados europeus mais proativos na região, que teve fim em março de 2022 após um período de tensão entre Paris e Bamako impulsionado pela oposição da população maliana face à presença de forças estrangeiras, principalmente francesas, devido maioritariamente ao passado colonial entre os dois poderes (France 24 Staff, 2022; Ministério da Defesa, 2023d, p. 21; Público Staff & Europa Press, 2022). Enquanto que, por outro lado, no campo da cooperação com a ONU, Portugal está presente apenas no Mali, com a *Multidimensional Integrated Stabilization Mission in Mali* (MINUSMA) (Ministério da Defesa, 2023a, 2023d, p. 4; RP - XXII Governo, 2021).

Figura 2 - Quadro simplificado das missões de defesa e segurança no G5 do Sahel tal como se encontra descrito no documento do Envolvimento de Militares Portugueses no Exterior publicado pelo DGPDN em março de 2023

	BILATERAL	UE	OTAN	ONU
BURKINA FASO		GAR-SI SAHEL		
CHADE		GAR-SI SAHEL		
MAURITÂNIA	Acordo de Cooperação na Defesa	GAR-SI SAHEL		
MALI		GAR-SI SAHEL EUTMM EUCAP		MINUSMA
NIGER		GAR-SI SAHEL EUCAP		

Design: Autor / Fonte de dados: DGPDN



Ora, tendo em atenção as missões de defesa e segurança das quais Portugal faz parte no âmbito da cooperação no Sahel, e fazendo uma análise das mesmas, é possível perceber que fora das missões onde se integra na UE e na ONU, o interesse securitário português na região fica resumido a um acordo de defesa com a Mauritânia. Ademais, na tabela acima colocada percebe-se rapidamente que o interesse português e insere na cooperação para a segurança do próprio CSR. Esta ação portuguesa de cooperação internacional com fraca cooperação bilateral demonstra que Portugal não procura reforçar, pelo menos em termos individuais, a sua participação em iniciativas de segurança e defesa no Sahel por não deter interesses políticos na região. Neste sentido, esta dualidade na participação portuguesa parece estar ligada ao objetivo de Portugal de garantir um papel enquanto produtor para a segurança internacional, sobretudo através do reforço da cooperação ao nível da segurança e defesa nas áreas de interesse estratégico, como o é África, o que representa assim a existência de um interesse mais ligado à procura por notoriedade internacional do que à questão da segurança por si só.

Aliás, esta luta por notoriedade internacional pode ser justificada, por exemplo, pela necessidade portuguesa de garantir reconhecimento internacional como produtor nas áreas da segurança e defesa de modo a conseguir o almejado assento rotativo no Conselho de Segurança da ONU no biénio de 2027-2028 (ONU News, 2022; RP - XXIII Governo, 2022). Por conseguinte, torna-se lógico assumir que um dos grandes interesses estratégicos portugueses no Sahel não passa pela questão securitária regional, mas sim pela necessidade de demonstrar proatividade em questões securitárias nas regiões onde incide o seu foco estratégico de modo a conseguir garantir um maior papel internacional.

A verdade é que, desde 2021, altura em que o governo português assumiu a Presidência do Conselho da UE por seis meses, Portugal tem procurado participar na discussão da questão do Sahel de forma mais ativa na comunidade internacional. Ora, se inicialmente esta maior participação na discussão do tema era justificada pela presidência portuguesa na UE, tendo estado Portugal formalmente responsável pelos assuntos europeus, entre os quais as questões securitárias, por outro lado, a manutenção do foco nesta questão pós-2021, ao nível individual, demonstra uma perceção de relativa importância deste conflito. Este maior foco e atividade, contudo, não veio acrescido de maior proatividade, algo visível no facto do foco português desde então ter sido o de evidenciar a crise securitária no Sahel, com centro em discursos sempre gerais e concentrados na questão da segurança europeia, sem nunca ir além da menção geral da necessidade de promover a segurança regional saheliana para a segurança europeia e de combater o terrorismo e a criminalidade transnacional, demonstrando desta forma a pretensão de funcionar enquanto um promotor de segurança, estabilização e paz, nas organizações em que se insere (Agência Lusa, 2021, 2023a; Carreiras, 2023; Lecha et al., 2022, p. 5; RP - XXIII Governo, 2023; UNOCT, 2023).

A afirmação feita anteriormente pode ser vista no caso já mencionado da candidatura portuguesa ao Conselho de Segurança da ONU e ainda nos recentes discursos portugueses na OTAN. Aliás, na especificidade do caso da OTAN, apesar da aliança transatlântica não ter nenhuma missão diretamente ligada à região mais afetada do Sahel, sendo o mais próximo as missões que tem junto da UA e da Somália, Portugal tem procurado evidenciar junto dos seus aliados a necessidade de criar missões de estabilidade regional e de maior cooperação securitária com o flanco sul, algo que



inclusivamente foi mencionado pelo lado português nas recentes cimeiras da OTAN em Madrid, em 2022, e em Vilnius, em 2023, e que foi levado positivamente por parte dos restantes membros da aliança (Calle & Matos, 2022; Lecha et al., 2022, p. 5; NATO, 2023; RP - XXIII Governo, 2023).

Por conseguinte, foi possível perceber até ao momento que Portugal não tem interesses securitários, pelo menos ao nível individual, na região, muito devido ao facto da questão saheliana não ter efeitos diretos na segurança portuguesa. Porém, se por um lado a participação regional nas missões europeias se pode justificar pelo comprometimento para com a PCSD e a agenda europeia, por outro lado, o foco dado à questão no contexto da ONU e, sobretudo, da OTAN, demonstra o almejar por uma posição relevante em questões de cooperação e segurança. Neste sentido, pode ser argumentado que politicamente Portugal estará sobretudo a procurar no Sahel uma alavanca ao seu estatuto internacional, quer na ONU, quer na OTAN, garantindo assim o cumprimento de um dos objetivos estabelecidos no CEDN de fomento da defesa internacional do papel de Portugal no mundo e da consolidação das relações externas de defesa e segurança internacionais por via do reforço da presença e posição portuguesas nas instituições em que se insere.

Ora, se na vertente securitária pura, no campo dos interesses políticos, parece não existir interesse português acentuado, é também importante perceber se de alguma forma existe algum interesse português na questão económica ao nível regional, analisando aqui a questão da diplomacia económica como uma possível justificação para a demonstração de interesse securitário. Como já mencionado anteriormente na análise ao CEDN, Portugal tem, sem surpresas, um grande foco em África, como uma das zonas estratégicas de expansão de influência, e na expansão da economia portuguesa no espaço internacional. Por conseguinte, sendo o Magrebe e a região centro e sul africana zonas de relevo económico-político para Portugal, muito devido à CPLP, surge a questão sobre se o Sahel, localizado diretamente abaixo da Magrebe, também ocupa o mesmo valor estratégico.

Neste sentido, Pires (2020) vê a intervenção de Portugal no Sahel como sendo justificada pelo objetivo da diplomacia económica, afirmando a ação regional portuguesa como meio de penetrar um mercado menos tradicional para obter mais parceiros regionais e alternativas aos mercados tradicionais. Para tal, o autor afirma que a integração nas iniciativas descritas anteriormente, no âmbito da ONU e da UE, acaba por servir um propósito de reconhecimento de possíveis mercados de atuação, reconhecendo um possível aproveitamento português da situação regional para estabelecer a sua posição como parceiro regional. Porém, apesar desta ideia ter nexos quando pensada a longo prazo, a verdade é que no curto e médio prazo esta situação não parece muito plausível, muito devido a toda a instabilidade regional, sem tendências de melhoramento, e às fracas e ínfimas relações comerciais entre Portugal e os membros do G5 do Sahel. Para melhor entendimento do argumento das relações comerciais entre Portugal e os membros do G5 do Sahel serem quase que insignificantes, será utilizada uma análise comparativa à balança comercial entre os Estados de forma a entender o peso da região na economia portuguesa.



Figura 3 - Quadro resumo dos valores apresentados durante o debate sobre a estratégia económica. Note-se que na questão da Importação Energética o valor proposto foi retirado diretamente do valor das importações

	Exportações (1000EUR)	%	Importações (1000EUR)	%	Importação Energética (1000EUR)	%
Burkina Faso	12 146	0,20%	5 063	0,11%		
Chade	155	0,003%				
Mauritânia	12 648	0,21%	10 598	0,22%		
Mali	17 363	0,29%	3 228	0,07%		
Niger	1 474	0,03%	18	0,0004%	16	0,0004%
G5 Sahel	43 786	0,73%	18 907	0,4%	16	0,0004%
Angola (CPLP)	1 423 848	23,73%	623 533	12,99%	593 568	15,23%
Nigéria	30 790	0,51%	1 940 292	40,42%	1 931 247	49,55%
Somatório	1 498 424	24,97%	2 582 732	53,81%	2 524 831	64,78%
Total África	6 000 000	100%	4 800 000	100%	3 897 960	100%

Design: Autor / Fonte: GEE

Analisando a balança comercial portuguesa em África no último ano, percebe-se logo à partida a importância que o continente detém por representar o segundo maior valor extra-UE, com cerca de 5,2% das exportações portuguesas, ou 6 mil milhões de euros, sendo que, dentro do continente africano, a região da África Subsariana, onde se localizam os países da CPLP e o G5 do Sahel, acaba por ser ainda mais relevante (Agência Lusa, 2023b; Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2023a; *Portugal Exports By Country*, 2023). Porém, para o total das exportações portuguesas em África, os membros do G5 do Sahel representaram, em 2023, cerca 0,73%, ou cerca de 43,8 milhões de euros, o que acaba por, no contexto geral, ser um valor quase que irrisório, sobretudo quando comparado com os membros da CPLP, como é o caso de Angola que sozinha representa cerca de 23,7% ou 1,4 mil milhões de euros (GEE, 2023a, 2023b, 2023c, 2023d, 2023e, 2023f).

Colocando agora atenção na análise das importações, como meio de perceber se existe algum interesse na região, vale mencionar primeiramente que Portugal apenas importa 4,6% de África, cerca de 4,8 mil milhões de euros, sendo desta forma o mercado a que Portugal menos recorre para suprimir as suas necessidades (*Portugal Imports By Country*, 2023). Ademais, dentro do bolo africano, dos 4,8 mil milhões de euros apenas cerca de 0,4%, ou cerca de 19 milhões de euros, são correspondentes ao G5 do Sahel (GEE, 2023b, 2023c, 2023d, 2023e, 2023f). Ademais, grande parte deste bolo africano está ligado ao comércio com a Nigéria, com cerca de 40% ou 1,9 mil milhões de euros,



e, mais uma vez, os países membros da CPLP, entre os quais se destaca novamente o caso de Angola, com cerca de 13% ou 623 milhões de euros (GEE, 2023a, 2023g).

Todavia, vale aqui mencionar uma questão estratégica interessante no caso da Nigéria que pode ajudar a perspetivar de outra a forma a questão do Sahel para Portugal, visto 99,5% das importações portuguesas ser referente à importação de combustíveis fósseis (GEE, 2023g). Quando se aborda a questão estratégica económica, a verdade é que os recursos estratégicos mais interessantes são os recursos energéticos, nomeadamente os combustíveis fósseis, que interferem diretamente com a defesa e segurança dos Estados, visto a necessidade de supressão das necessidades energéticas internas dos Estados impactar diretamente a segurança dos mesmos (Campos & Fernandes, 2017, pp. 31–35). Sobre esta questão, é necessário também compreender que Portugal é um Estado dependente de importação por não ter reservas naturais de gás e petróleo e, neste sentido, a securitização das rotas de abastecimento, assim como o desenvolvimento de novos projetos sustentáveis, torna-se fulcral.

Apesar de Portugal também importar energia fóssil de outros países da CPLP em África, sobretudo de Angola, a verdade é que o caso da Nigéria permite pensar num possível interesse estratégico português na região que estaria sobretudo ligado com o sucesso do projeto do TSGP, isto porque o gasoduto permitiria a conexão na Argélia, outro dos grandes exportadores africanos de combustíveis fósseis para Portugal, com o Gasoduto Magrebe-Europa (Baptista, 2022). Porém, para o TSGP ser uma alternativa viável que permitisse conectar a Nigéria à Argélia, então Portugal necessitaria que a situação do Sahel fosse normalizada, sobretudo a questão do Níger que é o intermediário programado para o projeto, justificando assim um possível interesse securitário na região.

Ora, tendo esta visão geral da balança comercial portuguesa, é possível perceber que Portugal tem valores muito baixos com cada um dos países do G5 do Sahel, sobretudo quando a análise é feita no bolo africano, o que transmite a ideia de que no contexto exclusivo desta região Portugal não observa estes mercados como essenciais ou interessantes do ponto de vista económico e estratégico, pelo menos ao nível individual. Contudo, nesta questão do TSGP, pode existir aqui um interesse regional português na estabilização da região, visto a rota terrestre, neste caso, ser mais viável por permitir a diminuição dos custos e do tempo de transporte.

Tendo em atenção estes dados, economicamente é perceptível que, para Portugal, a região do Sahel não representa um grande peso ao nível económico no imediato e, certamente, não será de grande interesse a curto e médio prazo para a economia portuguesa, sendo muito mais benéfica, para já, a aposta nos mercados tradicionais. Aliás, como dito anteriormente, o único interesse viável seria o investimento na segurança regional para permitir o sucesso do TSGP, porém mesmo esta possibilidade é dúbia visto o pouco interesse que Portugal parece ter de forma prática na região. Aliás, mesmo este interesse no TSGP pode ser considerado a curto e médio prazo um interesse inviável, sobretudo com o recente aumento das tensões no Níger após o recente golpe de Estado, que envolveu, inclusive, forças externas como o Grupo Wagner, ameaçar o desenvolvimento do projeto (Armstrong, 2023; Gonçalves, 2023; Nwogu, 2023).

Neste sentido, e tendo a noção da instabilidade vivida, continua a ser verdade que Portugal pode estar a jogar aqui um jogo a longo prazo na região para se tornar um dos



principais parceiros regionais. Contudo, este não deixa de ser um jogo perigoso visto que deverá sempre ser tida em conta que esta é uma zona instável, sem fim à vista para a conflitualidade e que pede um certo grau de sapiência e paciência aos atores externos para manusear a sua presença na região. Por conseguinte, diplomacia económica não parece, pelo menos a curto e médio prazo, ser uma prioridade, podendo sim vir a tornar-se um objetivo secundário a longo prazo na política externa portuguesa para o Sahel.

A participação por parte de Portugal no Sahel, sem que exista uma estratégia explícita para a atuação e resolução dos problemas na região, demonstra que o objetivo português pode passar, como já abordado anteriormente, por reforçar a credibilidade internacional enquanto produtor de segurança, tornando-se um interlocutor para os assuntos securitários em África. Ademais, ao participar das missões internacionais em que se insere, Portugal coloca-se simultaneamente como um dos principais Estados na defesa da fronteira sul da Europa, garantindo o apoio à pacificação de uma região que afeta diretamente os interesses securitários da UE. Por fim, e em forma de pequena adição, no âmbito da diplomacia económica, um Sahel pacificado poderia dar a Portugal um papel de promotor do desenvolvimento regional que beneficiaria os seus interesses em África. Estes benefícios seriam visíveis, sobretudo, na garantia de formas mais viáveis, seguras e menos custosas, de abastecimento energético, no desenvolvimento da região da África Subariana e no desbloquear de projetos entre o Sahel e a CPLP. Com isto, mais uma vez, mesmo ao nível económico o objetivo principal português parece ser o de ganho de notoriedade e não o da garantia de segurança.

Conclusão

No Sahel, a expansão armada e violenta de grupos terroristas que se aproveitam de conflitos interétnicos tem sido a matriz de causa da instabilidade regional, criando uma série de problemas securitários fortemente ligados às migrações forçadas de refugiados, ao tráfico humano e de drogas transnacional e à disponibilidade de recursos energéticos.

A UE tem intercedido no Sahel desde o começo do conflito, como meio de garantir a estabilização da região, e, por conseguinte, Portugal, enquanto membro da comunidade europeia, tem também participado de modo a proteger as fronteiras do seu espaço comum. Aliás, a participação portuguesa, no quadro da Presidência do Conselho da UE, na Cimeira de Chefes de Estado do G5 do Sahel, acaba por ser demonstrativa do comprometimento português para com a segurança da Europa e do objetivo português de atingir um papel como ator de relevo na discussão da segurança em África. Neste sentido, é possível observar que a região do Sahel é uma questão securitária europeia, sobretudo na manutenção da paz e segurança na fronteira sul, afetando direta ou indiretamente todos os membros da UE, e que, em consequência, Portugal acaba também por ter um motivo securitário na região, mesmo que este não justifique a ação individual portuguesa, nas organizações em que se insere extra-UE, na chamada de atenção para o Sahel.

Esta procura extra-UE visa garantir a estabilidade na região através de iniciativas ligadas à ONU e à promoção dentro da OTAN da necessidade de intervir localmente e de forma cooperativa com os Estados afetados para suprimir a insegurança regional. Porém, quer pelos motivos já mencionados, quer pela posição geográfica portuguesa no Atlântico e



fora do espectro securitário do Mediterrâneo, a situação do Sahel tem um efeito muito reduzido ou nulo na segurança nacional portuguesa, o que leva à colocação da questão sobre quais os reais motivos portugueses para a intervenção.

Ademais, com a análise proposta anteriormente ao nível ao económico, foi também possível perceber que Portugal pode ter alguns interesses securitários ao nível regional. A construção e sucesso do TSGP poderia significar que Portugal passaria a importar energia fóssil mais barata e de um mercado fora daquele que é o mercado de dependência europeu russo-americano. Ademais, além do interesse em ser observado como um ator importante em questões de segurança em África, Portugal poderia beneficiar, com a pacificação do Sahel, de novos meios de conectar as suas redes de abastecimento de combustíveis fósseis através de corredores económicos próprios entre membros da CPLP, o G5 do Sahel e o Magrebe. Porém, a inação portuguesa ao nível individual na região, em conjunto com a instabilidade vivida e que não demonstra sinais de abrandamento, torna perceptível que, apesar de existirem interesses económicos que justificam o possível interesse securitário português na região, o objetivo económico na região do Sahel é secundário e um jogo a longo prazo e, por conseguinte, não parece existir, para já, um interesse securitário forte na região a este nível que justifique uma ação mais robusta securitariamente.

No debate entre notoriedade e/ou segurança, pode entender-se que, no que respeita aos interesses portugueses na região, é possível perceber que estes se prendem com uma necessidade de notoriedade internacional, a nível diplomático, securitário e económico, que está definida no CEDN como parte da política externa e de defesa portuguesa. Por conseguinte, o grande objetivo português parece ser o de atingir um posicionamento de grande produtor e promotor de segurança para África, algo que pode garantir ao lado português o lugar tão desejado no Conselho de Segurança da ONU no biénio de 2027-2028, uma posição mais proeminente na OTAN e um lugar mais credível na discussão da estratégia europeia para o mundo dentro da UE, objetivos que de outra forma seriam difíceis de atingir.

Apesar do papel debatido poder justificar o interesse português como parcialmente securitário, vale salientar que bilateralmente, ao contrário da França e da Alemanha, Estados que ativamente procuram participar na questão do Sahel pelos interesses securitários que nutrem na região, Portugal não tem ações de segurança direta na região e, por este motivo, a questão de Portugal não se prende tanto com a segurança regional, mas sim com a necessidade de estar mais envolvido nas questões de segurança africana de modo a ser visto como um Estado de peso no debate das mesmas internacionalmente. Aliás, a mais se acrescenta que esta busca por notoriedade também se pode ligar ao vetor económico no futuro, sobretudo caso o TSGP se torne uma realidade e, por conseguinte, Portugal opte por apostar no desenvolvimento de corredores económicos entre a CPLP e o Magrebe, passando sempre pelo Sahel.

Ora, tendo debatido o tema e retiradas as conclusões sobre o abordado, é possível perceber que Portugal intervém no Sahel principalmente no âmbito da busca por notoriedade e do fomento da sua posição no sistema internacional. Esta presença portuguesa tem assim sempre o objetivo patente de beneficiar os interesses portugueses já mencionados. Neste sentido, pode assim justificar-se a ação portuguesa maioritariamente pela busca por notoriedade dentro do campo da segurança e



cooperação em África, torna-se importante em trabalhos futuros analisar o futuro português e a forma como esta estratégia se vai desenrolar na próxima década, dando desta forma um novo olhar sobre como Portugal se poderá tornar um Estado relevante na tomada de decisão internacional em África.

Referências

- AFP. (2023, Maio 16). Thousands of migrants stranded in Niger desert town after being deported from Algeria: MSF. *South China Morning Post*. <https://www.scmp.com/news/world/africa/article/3213804/thousands-migrants-stranded-niger-desert-town-after-being-deported-algeria-msf>
- Agência Lusa. (2021, Fevereiro 16). EU/Presidency: Costa backs development strategy against Sahel terrorism. *Agência Lusa*. <https://www.lusa.pt/ppue2021/1661/article/30690250/eu-presidency-cos>
- Agência Lusa. (2023a, Maio 12). Portugal e Marrocos preocupados com terrorismo no Sahel e conflitos em África e Médio Oriente. *Observador*. <https://observador.pt/2023/05/12/portugal-e-marrocos-preocupados-com-terrorismo-no-sahel-e-conflitos-em-africa-e-medio-oriente/>
- Agência Lusa. (2023b, Julho 17). Exportações portuguesas para Angola cresceram quase 60% em 2022. *RTP Notícias*. https://www.rtp.pt/noticias/economia/exportacoes-portuguesas-para-angola-cresceram-quase-60-em-2022_n1500626
- Al Jazeera Staff. (2023, Junho 23). Algeria, Niger, Nigeria resume talks on Trans-Sahara gas pipeline. *Al Jazeera*. <https://www.aljazeera.com/news/2022/6/23/algeria-niger-nigeria-resume-talks-on-trans-sahara-gas-pipeline>
- Ammerdown Group. (2016). *Rethinking Security: A discussion paper*.
- Armstrong, K. (2023, Agosto 8). Niger coup: Wagner taking advantage of instability - Antony Blinken. *BBC News*. <https://www.bbc.com/news/world-africa-66436797>
- Arredondas, M. (2023, Agosto 2). Uranium key after Niger's coup d'état. *Atalayar*. <https://www.atalayar.com/en/articulo/politics/uranium-key-after-nigers-coup-detat/20230802125728189028.html>
- Baptista, A. (2022, Março 27). De onde vem a energia consumida em Portugal. *Dinheiro Vivo*. <https://www.dinheirovivo.pt/economia/portugal-e-o-11-pais-da-europa-com-maior-dependencia-energetica-14717773.html>
- Bøås, M. (2021). EU migration management in the Sahel: unintended consequences on the ground in Niger? *Third World Quarterly*, 42(1), 52–67.
- Buzan, B., & Wæver, O. (2003). *Regions and Powers: The Structure of International Security*. Cambridge University Press.
- Calle, Á. L. de la, & Matos, V. (2022, Junho 28). NATO: Espanha e Portugal trabalham para que flanco Sul seja considerado prioritário. *Expresso*. <https://expresso.pt/internacional/2022-06-28-NATO-Espanha-e-Portugal-trabalham-para-que-flanco-Sul-seja-considerado-prioritario-2c86f9e1>
- Campos, A., & Fernandes, C. P. (2017). The Geopolitics of Energy. *IDN Cadernos*, 24, 23–40.
- Carreiras, H. (2023, Julho 10). Portugal solidário com leste apela para que Aliados reflitam sobre o flanco sul. *Diário de Notícias*. <https://www.dn.pt/internacional/portugal-solidario-com-leste-apela-para-que-aliados-reflitam-sobre-o-flanco-sul-16667775.html>



Conselho de Revisão do CEDN. (2023). *Ciclo de Revisão do Conceito Estratégico de Defesa Nacional*. IDN.

CUE. (2019, Fevereiro 18). Sael: UE dá novos passos para apoiar melhor a segurança da região. *Conselho da União Europeia*. <https://www.consilium.europa.eu/pt/press/press-releases/2019/02/18/sahel-eu-takes-further-steps-to-better-support-the-security-of-the-region/>

Erforth, B., & Tull, D. (2022, Setembro 5). The failure of French Sahel policy: an opportunity for European cooperation? *SWP*. <https://www.swp-berlin.org/en/publication/mta-spotlight-13-the-failure-of-french-sahel-policy>

EU RACC Sahel. (2022, Novembro 9). A common border security in the Sahel matters for Europe. *EU Regional Advisory and Coordination Cell for the Sahel*. https://www.eeas.europa.eu/eu-racc-sahel/common-border-security-sahel-matters-europe_en?s=4439&etrans=pt&page_lang=en

European Commission. (2010). 3rd Africa EU-Summit 29/30 November, Tripoli. *MEMO/10/604*.

France 24 Staff. (2022, Julho 1). EU's Takuba force quits junta-controlled Mali. *France 24*. <https://www.france24.com/en/africa/20220701-eu-s-takuba-force-quits-junta-controlled-mali>

Gasparini, F. (2023, Junho 17). Trafficking in the Sahel: Smugglers 'will take you anywhere'. *UN News*. <https://news.un.org/en/story/2023/06/1137817>

GEE. (2023a). *COMÉRCIO INTERNACIONAL PORTUGAL - Angola*. <https://www.gee.gov.pt/pt/lista-publicacoes/estatisticas-de-comercio-bilateral/Angola/1493-comercio-internacional-de-portugal-com-angola/file>

GEE. (2023b). *COMÉRCIO INTERNACIONAL PORTUGAL - Burkina Faso*. <https://www.gee.gov.pt/pt/lista-publicacoes/estatisticas-de-comercio-bilateral/burkina-faso/1515-comercio-internacional-de-portugal-com-burkina-faso/file>

GEE. (2023c). *COMÉRCIO INTERNACIONAL PORTUGAL - Chade*. <https://www.gee.gov.pt/pt/docs/doc-o-gee-2/estatisticas-de-comercio-bilateral/chade/1524-comercio-internacional-de-portugal-com-chade/file>

GEE. (2023d). *COMÉRCIO INTERNACIONAL PORTUGAL - Mali*. <https://www.gee.gov.pt/pt/documentos/publicacoes/estatisticas-de-comercio-bilateral/mali/1646-comercio-internacional-de-portugal-com-mali/file>

GEE. (2023e). *COMÉRCIO INTERNACIONAL PORTUGAL - Mauritânia*. <https://www.gee.gov.pt/pt/lista-publicacoes/estatisticas-de-comercio-bilateral/mauritania/1652-comercio-internacional-de-portugal-com-mauritania/file>

GEE. (2023f). *COMÉRCIO INTERNACIONAL PORTUGAL - Níger*. <https://www.gee.gov.pt/pt/lista-publicacoes/estatisticas-de-comercio-bilateral/niger/1673-comercio-internacional-de-portugal-com-niger/file>

GEE. (2023g). *COMÉRCIO INTERNACIONAL PORTUGAL - Nigéria*. <https://www.gee.gov.pt/pt/docs/doc-o-gee-2/estatisticas-de-comercio-bilateral/nigeria/1675-comercio-internacional-de-portugal-com-nigeria/file>

Global Terrorist Index - 2023. (2023, Março). *Institute for Economics & Peace*.

Gonçalves, J. (2023, Agosto 20). O "inacabado" golpe do Níger. *Público*. <https://www.publico.pt/2023/08/20/mundo/analise/inacabado-golpe-niger-2060661>

Green, M. A. (2023, Maio 16). The Sahel Now Accounts for 43% of Global Terrorism Deaths. *Wilson Center*.



Labarre, F. (2007). Self-Interest and Cooperation: The Emergence of Multilateral Interdependence in Post- Conflict Eras. *Connections*, 6(4), 82–94.

Lecha, E. S. i, Berger, C., Ghanem, D., Leclerc, S., Manoli, P., Marcos, D., Triana, J. M. P., Talbot, V., & Ulgen, S. (2022). NATO LOOKS SOUTH: priorities, strategies and instruments. *CIDOB Notes Internacionais*, 279, 1–6.

Lederer, E. M. (2023, Maio 17). UN: Africa’s Sahel desperately needs help to fight violent extremism and stop its spread. *AP News*. <https://apnews.com/article/extremism-africa-sahel-islamic-state-7e99e8323e2836f849587754960fe594>

Maad, A. (2023, Agosto 4). How dependent is France on Niger’s uranium? *Le Monde*. https://www.lemonde.fr/en/les-decodeurs/article/2023/08/04/how-dependent-is-france-on-niger-s-uranium_6080772_8.html

Melchior, S., Hansens, P., Schumann, H., & Maggiore, M. (2022, Outubro 7). Russia’s multi-million euro nuclear exports untouched by EU sanctions. *Investigate Europe*. <https://www.investigate-europe.eu/en/posts/russias-multi-million-euro-nuclear-exports-untouched-by-eu-sanctions>

Ministério da Administração Interna. (2021, Abril 28). GNR organizou 17.^a reunião de coordenação do GARS Sahel. *Notícias*. <https://www.sg.mai.gov.pt/Noticias/Paginas/GNR-organizou-reunião-de-coordenação-do-GARSI-Sahel.aspx>

Ministério da Defesa. (2023a). *A Defesa Nacional no Mundo*. Missões. <https://www.defesa.gov.pt/pt>

Ministério da Defesa. (2023b). *Conceito Estratégico de Defesa Nacional*.

Ministério da Defesa. (2023c). *Relações Bilaterais*. <https://www.defesa.gov.pt/pt/pdefesa/rb>

Ministério da Defesa. (2023d, Março 23). Envolvimento de Militares Portugueses no Exterior: Forças e Elementos Nacionais Destacados, Autoridade Marítima Nacional (Polícia Marítima) e Cooperação no Domínio da Defesa (CDD). *DGPDN*. https://www.defesa.gov.pt/pt/comunicacao/documentos/Lists/PDEFINTER_DocumentLookupList/20230323_DGPDN_2SEM_ENVOLVIMENTO-MILITARES-PT-EXTERIOR.pdf

Ministério dos Negócios Estrangeiros. (2023a). *África Subsariana*. Portal Diplomático. <https://portaldiplomatico.mne.gov.pt/politica-externa/temas-regionais/africa-subsariana>

Ministério dos Negócios Estrangeiros. (2023b). *Relações bilaterais de Portugal com outros Estados*. Portal Diplomático. <https://portaldiplomatico.mne.gov.pt/relacoesbilaterais/paises>

NATO. (2023, Julho 10). Operations and missions: past and present. *What we do*. https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_52060.htm

NPR. (2022, Junho 10). Niger: Thousands of migrants expelled from Algeria and Libya each month and stranded in Sahel desert. *ReliefWeb*. <https://reliefweb.int/report/niger/niger-thousands-migrants-expelled-algeria-and-libya-each-month-and-stranded-sahel-desert>

Nsaibia, H. (2021, Fevereiro 15). The Conflict Between Al-Qaeda and the Islamic State in the Sahel, A Year On. *Italian Institute for International Political Studies*. <https://www.ispionline.it/en/publication/conflict-between-al-qaeda-and-islamic-state-sahel-year-29305>



- Nwogu, S. (2023, Julho 31). Niger Coup: \$13bn Trans-Saharan Gas Pipeline Project In Jeopardy Over ECOWAS Sanctions. *New Telegraph*. <http://newtelegraphng.com/niger-coup-13bn-trans-saharan-gas-pipeline-project-in-jeopardy-over-ecowas-sanctions/>
- ONU News. (2022, Setembro 22). Portugal pede por mais representatividade no Conselho de Segurança. *ONU*. <https://news.un.org/pt/story/2022/09/1802081>
- Paleri, P. (2008). *National Security: Imperatives and Challenges*. Tata McGraw-Hill Pub. Co.
- Pichon, E., & Betant-Rasmussen, M. (2021). *New EU strategic priorities for the Sahel: Addressing regional challenges through better governance*. European Parliament.
- Pires, R. M. B. (2020, Junho 6). Portugal no Sahel. Inevitável. *Diário de Notícias*. <https://www.dn.pt/mundo/portugal-no-sahel-inevitavel-12284203.html>
- Pires, R. M. B. (2022, Fevereiro 28). O que é que o Sahel tem? *Diário de Notícias*. <https://www.dn.pt/internacional/o-que-e-que-o-sahel-tem-14632606.html>
- Plank, F., & Bergmann, J. (2021). The European Union as a Security Actor in the Sahel: Policy Entrapment in EU Foreign Policy. *European Review of International Studies*, 8(3), 382–412.
- Portugal Exports By Country*. (2023). Trading Economics. <https://tradingeconomics.com/portugal/exports-by-country>
- Portugal Imports By Country*. (2023). Trading Economics. <https://tradingeconomics.com/portugal/imports-by-country>
- Público Staff, & Europa Press. (2022, Abril 23). *Parlamento do Níger aprova a entrada de soldados europeus, incluindo portugueses, para combater o jihadismo*. <https://www.publico.pt/2022/04/23/mundo/noticia/parlamento-niger-aprova-entrada-soldados-europeus-combater-jihadismo-2003603>
- Pye, K. (2021). *The Sahel: Europe's forever war?* Centre for European Reform.
- Raafat, L. (2021). The Schism of Jihadism in the Sahel: How Al-Qaeda and the Islamic State are Battling for Legitimacy in the Sahelian Context. *The Middle East Institute*.
- Raleigh, C., Nsaibia, H., & Dowd, C. (2021). The Sahel crisis since 2012. *African Affairs*, 120(478), 123–143.
- Reis, A. H. de A. F. dos. (2021). *G5 Sahel – a intervenção portuguesa na região do Sahel e os mecanismos de cooperação internacional*. Instituto Universitário [Militar](#).
- RP - XXII Governo. (2021, Fevereiro 16). Primeiro-Ministro sublinha importância para a Europa da estabilidade em África. *PORTUGAL.GOV.PT*. <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc22/comunicacao/noticia?i=primeiro-ministro-sublinha-importancia-para-a-europa-da-estabilidade-em-africa>
- RP - XXIII Governo. (2022, Setembro 20). Candidatura portuguesa ao Conselho de Segurança da ONU com «expectativa muito positiva». *PORTUGAL.GOV.PT*. <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc23/comunicacao/noticia?i=candidatura-portuguesa-ao-conselho-de-seguranca-da-onu-com-expectativa-muito-positiva>
- RP - XXIII Governo. (2023, Julho 11). NATO aceita proposta portuguesa para dar mais atenção a África. *PORTUGAL.GOV.PT*. <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc23/comunicacao/noticia?i=nato-aceita-proposta-portuguesa-para-dar-mais-atencao-a-africa>



Schwikowski, M. (2022, Dezembro 8). African countries seek to revive Sahara gas pipeline. *Deutsche Welle*. <https://www.dw.com/en/african-countries-seek-to-revive-trans-saharan-gas-pipeline-dream/a-62778681>

UNOCT. (2023, Janeiro 19). High-Level Parliamentary Conference in Togo addresses Youth Engagement in Counter Terrorism and Prevention of Violent Extremism in Africa. *Press Release*. https://www.un.org/counterterrorism/sites/www.un.org.counterterrorism/files/en_press_release_high-level_parliamentary_ct-pve_conference_on_youth_engagement_in_africa.pdf

Venturi, B. (2017). *The EU and the Sahel: A Laboratory of Experimentation for the Security–Migration–Development Nexus* (N. 17; 38).